

10.30
35/2016

ÍNDICE

Índice de abreviaturas	4
Nota Introdutória	5
I. O ADN e a protecção da privacidade: uma primeira abordagem	7
II. O jurista visita o laboratório	9
1. A molécula de ADN	9
1.1. As unidades do ADN: os nucleótidos e os cromossomas	10
2. ADN codificante e ADN não codificante	11
3. Análises de ADN	12
4. A técnica PCR (Polymerase Chain Reaction)	13
III. O Tratado de Prüm e a Decisão 2008/615/JAI	15
1. Antecedentes	15
2. A Decisão 2008/615/JAI ou a comunitarização de Prüm	17
2.1. Tempo de conservação dos perfis de ADN	18
2.2. Tratamento dos dados	19
2.3. Virtudes e vícios de Prüm	20
2.4. O Livro Verde sobre a obtenção de provas em matéria penal	21
IV. A protecção da privacidade	25
1. Generalidades. Significado do problema	25
2. Os contributos alemão e americano	26
3. A reserva da intimidade da vida privada. O ADN não codificante	28
4. O direito à autodeterminação informacional	30
4.1 O conceito de dados pessoais	31
V. Colheita de amostras e armazenamento de perfis genéticos	35
1. Colheita de amostras em arguidos	35
1.1. Generalidades	35
1.2. A colheita a pedido. O arguido como voluntário	36
1.3. A colheita ordenada pelo juiz	37
2. Colheita de amostras em condenados	39
2.1. Generalidades	39

2.2. Críticas da doutrina	39
2.3. Posição adoptada	42
2.4. A destruição de amostras e eliminação de perfis de condenados	43
3. A dispensa de recolha de amostras	44
4. O Biobanco	46
4.1. Conceito	46
4.2. Destruição das amostras	47
VI. A Jurisprudência do TEDH	51
1. A fragilidade do direito à vida privada	51
2. O artigo 8.º da CEDH	52
2.1. O conceito de vida privada	53
2.2. O conceito de previsão legal	54
2.3. O conceito de necessário numa sociedade democrática	55
3. A doutrina da dupla margem de apreciação	56
4. O caso S. e Marper v. Reino Unido	57
VII. O armazenamento de amostras: síntese conclusiva	61
Fontes e Bibliografia	65
Sítios consultados	69
Anexos	71
1. Apêndice documental	71
2. As bases de dados europeias	72